

Dívida do governo em papéis ^{pública} cai 10,3% em termos reais

BRASÍLIA — O saldo da dívida mobiliária em poder do público — papéis do governo federal — caiu em 10,3% em termos reais (acima da inflação) no mês de agosto, em relação ao mês de julho, passando de CZ\$ 1 trilhão 267 milhões em julho para CZ\$ 1 trilhão 209 milhões em agosto. Em 12 meses — de setembro de 1986 a agosto de 1987 — a dívida pública caiu em 3,7%, alterando o comportamento registrado em julho, que apresentou um aumento de 6,9% em relação a julho do ano passado.

O mês de julho foi o único a registrar um aumento nas dívidas públicas nos últimos 12 meses e a explicação do Banco Central para este comportamento foi a brusca queda nas taxas da inflação, o que fez com que a dívida crescesse mais do que este índice.

O resultado do mês de agosto indica ainda que houve compra de OTN, mas o Banco Central ainda não havia fechado, até o final da tarde de ontem, todos os componentes que forçaram esta queda brusca na dívida pública no mês de agosto. Uma outra possibilidade para este comportamento pode ter sido o resgate grande de títulos por parte dos bancos privados para poderem recolher mais compulsório ao Banco Central.

Juros — As taxas de juros no

open market voltaram a subir ontem levando o Banco Central a atuar como vendedor de dinheiro às instituições que precisassem de recursos para financiar suas carteiras de títulos. O juro cobrado pelo BC foi de 13,10% ao mês, mas as taxas subiram para 13,16% ao mês (0,43% ao dia) contra 13,02% na véspera. A esse nível de juros, a tendência da Letra do Banco Central para setembro é de ter uma variação de 9,62%.

A colocação de terça-feira de CZ\$ 40 bilhões em LBC reduziu ainda mais a liquidez do sistema financeiro, já diminuída com recentes medidas do governo para conter o volume de dinheiro em circulação. O reflexo já está sendo sentido por tomadores de empréstimos, sejam pessoas jurídicas ou físicas: as taxas dos financiamentos estão subindo a cada dia.

Isso porque os bancos e financeiras estão tendo de abrir (elevar) as taxas de captação de recursos junto aos investidores. Os bancos de primeira linha ontem estavam emitindo CDB pós-fixados com juros de 12,5% a 13% ao ano, além da variação da LBC no período da aplicação (60 dias de prazo), e os títulos prefixados na faixa dos 300% ao ano. No caso das financeiras, as letras de câmbio já estão sendo emitidas com juros de 350% ao ano (28,5% brutos em 60 dias), o equivalente a 13,3% ao mês (12% líquidos).